



**UNESCO Brasilia Office**  
**Representação da UNESCO no Brasil**

## **Portadores de deficiência e inclusão digital no Brasil**

Marcos Kinsky  
Coordenador do Comitê de Acessibilidade em Web / SERPRO

Brasília  
2004

Artigo publicado, em 02 de agosto de 2004, no Observatório da Sociedade da Informação, de responsabilidade do Setor de Comunicação e Informação da UNESCO no Brasil.

© UNESCO, 2004  
BR/2004/PI/H/11

O autor é responsável pela escolha e pela apresentação dos fatos contidos nesta publicação e pelas opiniões aqui expressas, que não são necessariamente as da UNESCO e não comprometem a Organização. As designações empregadas e a apresentação do material não implicam a expressão de qualquer opinião que seja, por parte da UNESCO, no que diz respeito ao status legal de qualquer país, território, cidade ou área, ou de suas autoridades, ou no que diz respeito à delimitação de suas fronteiras ou de seus limites.

## Portadores de deficiência e inclusão digital no Brasil

Marcos Kinsky

Coordenador do Comitê de Acessibilidade em Web – SERPRO

Peço permissão para iniciar este artigo com uma rápida reflexão acerca do entendimento comum, relativo à luta empreendida pelas chamadas "minorias sociais", assim entendidas como um grupo característico de indivíduos que, por um processo histórico de exclusão social, ainda não exercem todos os direitos que lhe são conferidos pela Constituição Federal.

Quando falamos em minoria social, a primeira imagem que nos ocorre é a de um grupo de indivíduos que, em oposição aos demais, sofre algum tipo de restrição ocasionada por uma característica que lhe seja particular.



Por outro lado, os indivíduos deste mesmo grupo, em algum momento, serão oposição, relativamente a outros grupos minoritários, que tenham, por sua vez, outras características, a estes peculiares.

Desta forma, não me parece o mais correto falarmos da integração de um determinado grupo à sociedade, mas antes falarmos da integração da própria sociedade.

Não há aqui nenhuma filigrana semântica, mas sim a convicção de que só seremos o país que sonhamos quando, em lugar dos estigmas, entendermos que o corpo não pode ser saudável quando algum órgão que o compõe está doente.

Tal é o entendimento que deve permear a política de inclusão digital, oportunidade que se nos oferece de trabalharmos pela integração da sociedade brasileira, com o apoio da tecnologia da informação.

A rápida disseminação dos computadores pessoais, a expansão da rede mundial de computadores, e mais, toda a tecnologia que tem sido desenvolvida em razão desta verdadeira revolução pela informática, permitiram às pessoas portadoras de deficiência, em particular às portadoras de deficiência visual, servirem-se de técnicas sofisticadas para usufruírem, ainda que com algumas restrições, dos benefícios deste novo tempo.

O Brasil, mesmo com todas as dificuldades orçamentárias dos últimos anos, coloca-se como vanguarda mundial, desenvolvendo tecnologias assistivas que propiciam aos portadores de deficiência, a possibilidade de operar um computador.

Contudo, é preciso ressaltar que todo este avanço ocorreu com a utilização de plataforma proprietária, monopólio estabelecido na última década.

Com a opção por uma nova política que corretamente privilegia a adoção do software livre, será necessário um esforço importante para que essas duas prioridades do governo federal, o software livre e a inclusão digital, não sejam conflitantes no que diz respeito aos avanços já conquistados com as tecnologias de apoio às pessoas portadoras de deficiência.

O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) dedica-se a um projeto pioneiro visando à construção de um leitor de telas, voltado para a plataforma Linux que, com o auxílio de um sintetizador de voz, estará garantindo aos cidadãos portadores de

deficiência visual, pelo menos neste primeiro momento, todos os benefícios tecnológicos já alcançados até aqui.

Este projeto, além de todas as conseqüências positivas em relação ao mercado de trabalho, acesso ao material escolar, relações interpessoais, traz um diferencial econômico da maior relevância, pois será distribuído gratuitamente à sociedade.

De acordo com o último censo, são cerca de 200.000 os brasileiros portadores de cegueira.

Se considerarmos, apenas para efeito de raciocínio, 5% desta população em condições de estudar ou exercer uma profissão, seria necessário hoje, caso nada fosse feito, um investimento na ordem de R\$30.000.000,00, somando-se licença de uso do sistema operacional proprietário, do pacote de programas e de um leitor de telas, para o sistema Windows, para que 10.000 destes brasileiros tivessem acesso aos benefícios da informática.

Esta iniciativa do SERPRO, é merecedora de todo o apoio, não apenas por sua importância para a realização da política do governo federal, mas ainda por tudo que virá a representar nas vidas de milhões de pessoas por todo o planeta.

Outra questão a ser considerada com toda a urgência, diz respeito à adequação das páginas públicas na Internet.

Todos sabemos a importância do projeto Governo Eletrônico, que trará conforto, segurança e confiabilidade nas prestações do Estado para seus cidadãos. Contudo, é imprescindível que os sítios públicos sejam construídos de maneira a permitir que os portadores de deficiência, com os meios que lhes são possíveis utilizar, não estejam impedidos de acessar os sítios em razão da desinformação dos responsáveis por sua construção.

Muitíssimos são os sítios públicos que orientam a navegação em suas páginas, com o recurso exclusivo da imagem, sem a correspondente textualização.

Este é o exemplo mais corriqueiro de inacessibilidade às informações contidas nas páginas da Internet.

Creio que, para a realização de um trabalho de verdadeira inclusão digital das pessoas portadoras de deficiência, o governo federal, por meio das autoridades responsáveis pela política de informática e do governo eletrônico, precisa organizar um fórum do qual emane as recomendações técnicas para a construção dos sítios públicos, bem como a fiscalização quanto ao seu cumprimento.

O que todos temos como garantia, é a real possibilidade de que seja promovida a inclusão de cidadãos, portadores dos mais diversos tipos de deficiências, sejam estas físicas, sensoriais ou motoras, aos meios digitais.

O Brasil conta com a tecnologia necessária para promover este salto de qualidade na vida de milhões de seus cidadãos.

Por outro lado, a decisão política para tanto, está manifestada pelas autoridades do governo federal e os investimentos necessários são absolutamente modestos.

Assim, como jamais ocorreu, o cenário se nos apresenta promissor. Não percamos esta oportunidade extraordinária de mostrarmos, para nós mesmos, a grandeza de que somos capazes.